



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/DF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 27412368/2023-CPL/SELOG/SR/PF/DF

Processo nº 08280.002559/2023-81

TERMO DE REFERÊNCIA
Processo nº: 08320.002559/2023-81
DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS,
com base no Art. 75, Inciso II da Lei de Licitações 14.133/21

Havendo qualquer divergência entre as descrições contidas nos códigos catmat 5218002 e o Termo de Referência, prevalecem as especificações do TR

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de livros da área de licitações e contratos entre outros, para o Setor de Administração e Logística da SR/PF/DF.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
1	Direito Administrativo Descomplicado - MARCELO ALEXANDRINO E VICENTE PAULO. Editora Método.	5218002	1	291,00
2	CONTABILIDADE PÚBLICA - 3D – GIOVANNI PACELLI. Editora Juspodivm.	5218002	1	269,90
3	AFO - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA - 3D - GIOVANNI PACELLI. Editora Juspodivm.	5218002	1	269,90
4	Comentários à Lei De Licitações E Contratações Administrativas - Marçal Justen Filho. Editora Revista dos Tribunais.	5218002	1	494,63
5	Licitação Pública e Contrato Administrativo – JOEL MENEZES NIEBUHR. Editora Fórum.	5218002	1	325,00
6	Nova Lei de Licitações Passo a Passo: (Comentando, artigo por artigo, a NOVA Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) – SIDNEY BITTENCOURT. Editora Fórum	5218002	1	295,00
7	Contratação Direta Sem Licitação na nova lei de licitações e contratos – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. Editora Fórum.	5218002	1	144,67
As edições devem ser as lançadas mais recentemente				R\$ 2.090,10

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando que a partir de 1º de abril obrigatoriamente qualquer contratação deverá se dar com base na nova lei de licitações, 14.133/2021;
Considerando a recém chegada de novos servidores no SELOG e no Setor de Licitações;
Considerando que os servidores vêm de outros setores onde desenvolviam funções e atribuições totalmente diferentes das bases legais dos novos setores;
Considerando de o SELOG é responsável pela gestão financeira dos recursos disponibilizados pela COTA2023 para a SR/PF/DF;
Esta aquisição se justifica pela necessidade de frequente atualização e capacitação dos servidores, principalmente em uma área tão dinâmica como a de licitações e contratos.

3. JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO QUE CARACTERIZE A NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA;

Lei Complementar 123/2006:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

A aquisição é considerada de baixo valor.

Pelo princípio da economicidade a contratação por meio de uma licitação encareceria o processo e traria risco ao princípio da eficiência e da eficácia.

Assim, *salvo melhor juízo*, o meio mais eficiente e eficaz para o êxito desse contratação seria através de dispensa de licitação, com base no **Inciso II, artigo 75 da Lei 14.133/21.**

4. ELABORAÇÃO DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. Aquisição dos seguintes livros:

- Direito Administrativo Descomplicado - MARCELO ALEXANDRINO E VICENTE PAULO. Editora Método.
- CONTABILIDADE PÚBLICA - 3D – GIOVANNI PACELLI. Editora Juspodivm.
- AFO - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - 3D - GIOVANNI PACELLI. Editora Juspodivm.
- Comentários à Lei De Licitações E Contratações Administrativas - Marçal Justen Filho. Editora Revista dos Tribunais.
- Licitação Pública e Contrato Administrativo – JOEL MENEZES NIEBUHR. Editora Fórum.
- Nova Lei de Licitações Passo a Passo: (Comentando, artigo por artigo, a NOVA Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) – SIDNEY BITTENCOURT. Editora Fórum

- Contratação Direta Sem Licitação na nova lei de licitações e contratos – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. Editora Fórum.

5. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO/DISPENSA

5.1. A vistoria não será obrigatória.

6. RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR DO BEM OU EXECUTANTE DOS SERVIÇOS

A contratação será com a Empresa que ofertar a menor proposta e contar com as certidões trabalhistas e fiscais regulares.

7. ANEXAR PROPOSTAS ORIGINAIS E DEMAIS DOCUMENTOS QUANDO NECESSÁRIOS.

A Empresa deverá anexar a proposta de preços e a documentação de habilitação exigida como: certidões negativas de débitos do INSS/Receita Federal e FGTS/CNDT, consultadas através dos sítios da Receita Federal, Caixa Econômica Federal e TST.

8. LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA

A entrega deverá ser efetuada em até 30 (trinta) dias após a empresa receber a Nota de Empenho na Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal, localizado no **SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul, Brasília-DF, CEP 70.610-902.**

9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Direito Administrativo Descomplicado - MARCELO ALEXANDRINO E VICENTE PAULO. Editora Método.
- CONTABILIDADE PÚBLICA - 3D – GIOVANNI PACELLI. Editora Juspodivm.
- AFO - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - 3D - GIOVANNI PACELLI. Editora Juspodivm.
- Comentários à Lei De Licitações E Contratações Administrativas - Marçal Justen Filho. Editora Revista dos Tribunais.
- Licitação Pública e Contrato Administrativo – JOEL MENEZES NIEBUHR. Editora Fórum.
- Nova Lei de Licitações Passo a Passo: (Comentando, artigo por artigo, a NOVA Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) – SIDNEY BITENCOURT. Editora Fórum
- Contratação Direta Sem Licitação na nova lei de licitações e contratos – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. Editora Fórum.

10. ESTIMATIVA DE CUSTO

10.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 2.090,10 (dois mil, noventa reais e dez centavos).**

11. SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 11.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)
- 11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

A) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

B) Multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;

C) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

D) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

- 11.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 11.9.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 11.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.11.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

12. INDICAÇÃO DOS RECURSOS (ORÇAMENTOS) PARA A COBERTURA DAS DESPESAS

Gestão: 01
Fonte: 0100
Elemento de Despesa: 4490.52.18.

13. ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

(Orçamentos originais e as certidões)

Brasília, 24 de fevereiro de 2023.

Victor Oliveira Eduardo
Responsável pela demanda

Luiz Dannel Diogo da Silva
Chefe do SELOG/SR/PF/DF

AUTORIZO a contratação que vem contribuir para a melhoria no desenvolvimento dos trabalhos do Setor de Administração e Logística da SR/PF/DF.

CEZAR LUIZ BUSTO DE SOUZA
Superintendente Regional SR/PF/DF



Documento assinado eletronicamente por **ELIEZER GENTIL DE SOUZA, Agente Administrativo(a)**, em 24/02/2023, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ DANNIEL DIOGO DA SILVA, Gestor Financeiro**, em 02/03/2023, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR OLIVEIRA EDUARDO, Agente Administrativo(a)**, em 24/02/2023, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27412368** e o código CRC **44875EB4**.